

# OS DESAFIOS E AS BARREIRAS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

THE CHALLENGES AND THE BARRIERS OF BRAZILIAN AND PORTUGUESE UNIVERSITY LIBRARIES IN THE PROCESS OF INCLUSION AND ACCESSIBILITY

**Isabel Cristina dos Santos Diniz | Ana Margarida Almeida | Cássia Cordeiro Furtado**

**Resumo:** O presente artigo é resultado parcial de uma investigação, que tem como objetivo principal conhecer as práticas inclusivas em bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas para utilizadores com necessidades especiais. Os resultados apresentados foram recolhidos através da aplicação de um inquérito por questionário *on-line* aplicado a 87 (oitenta e sete) diretores/coordenadores de bibliotecas (54 - cinquenta e quatro - brasileiras e 33 - trinta e três - portuguesas), tendo sido obtidas 50 (cinquenta) respostas válidas, correspondendo a 28 (vinte e oito) brasileiras e 22 (vinte e duas) portuguesas. Os resultados permitiram identificar problemas de acessibilidade, nomeadamente no que diz respeito a infraestrutura da biblioteca.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Inclusão; Necessidades Educativas Especiais; Biblioteca Universitária.

**Abstract:** This article is the partial result of an investigation that has meant to introduce inclusive practices developed by Brazilian and Portuguese public university libraries for users with special needs. The results were collected using a survey by online questionnaire administered to 87 (eighty-seven) directors/coordinators libraries (54 - fifty-four - Brazilian and 33 - thirty-three - Portuguese), having been obtained 50 (fifty) valid responses, corresponding to 28 (twenty-eight) Brazilian and 22 (twenty-two) Portuguese. The results allowed to identify problems of accessibility, namely on library infrastructure.

**Keywords:** Accessibility; Inclusion; Special educational needs; University library.

## 1. Introdução

Refletir sobre uma sociedade inclusiva requer pensar em vários aspetos da condição humana: saúde, trabalho, lazer, educação, entre outros. Em relação ao direito à educação, há algumas particularidades que também precisam ser pensadas quanto à garantia do acesso ao ensino superior, de forma igualitária, justa e com qualidade para as pessoas com algum tipo de limitação física, motora, intelectual, dentre outras.

A acessibilidade é um direito conquistado pelas pessoas com necessidades especiais, mas que não é respeitado em sua plenitude. Tal desrespeito vem perpetuando a exclusão dessas pessoas na sociedade, limitando o seu acesso à educação e à informação (KOULIKOURDI, 2008). Assim, os estudantes com necessidades educativas especiais (ENEE) que alcançam o ensino superior enfrentam inúmeras dificuldades durante a sua entrada, permanência e conclusão de seus percursos estudantis.

Neste contexto, as bibliotecas universitárias “detêm um papel essencial nos processos de pesquisa da comunidade acadêmica, uma vez que a biblioteca tem a posse do conhecimento universitário; sua principal função é ser intermediária entre o conhecimento científico e o tecnológico em apoio a seus usuários” (SANTOS, 2012:10), independente de estes terem ou não algum tipo de deficiência.

Dessa forma, a biblioteca universitária deve estar preparada para atender as necessidades de seus usuários, em especial aqueles ENEE, disponibilizando todo tipo de tecnologias assistivas que favoreçam as pesquisas e os levantamentos bibliográficos desenvolvidos por estes estudantes, buscando suprir os projetos em desenvolvimento na universidade.

Este artigo é um recorte de uma investigação em curso, tendo como objetivo apresentar alguns resultados parciais, que contemplam um dos objetivos específicos do estudo original, que consiste em diagnosticar as experiências e casos de uso de tecnologias de apoio por bibliotecas universitárias (federais) brasileiras e portuguesas.

Do ponto de vista metodológico, utilizou-se uma abordagem de investigação descritiva com levantamento de dados através de um *Survey*, com a aplicação de um inquérito por questionário *online* aos diretores/coordenadores das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas.

Assim, se tem um enquadramento teórico que expõe os tópicos sobre ENEE e inclusão e sobre a biblioteca universitária inclusiva na perspectiva da igualdade dos direitos para utilizadores com ou sem necessidades especiais. Seguindo dos procedimentos metodológicos, apresentando ainda alguns resultados e conclusões das práticas das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas.

## **2. Estudantes com necessidades educativas especiais e inclusão: breves considerações**

A inclusão de pessoas com necessidades especiais é uma temática que tem vindo a ser discutida no contexto da atual Sociedade da Informação e do Conhecimento, particularmente no que diz respeito à sua relação com os processos de ensino e aprendizagem nos ambientes educativos. Este é um aspecto especialmente relevante no contexto da instituição de ensino superior (IES), já que as suas práticas e políticas socioeducacionais visam ao exercício pleno da cidadania de estudantes independente de estes possuírem ou não algum tipo de necessidade especial (GOMES 2011; FIALHO e SILVA, 2012; DINIZ, ALMEIDA e FURTADO, 2015).

Nas últimas três décadas, é possível identificar várias iniciativas e regulamentações<sup>1</sup> de apoio ao processo de inclusão, com a criação e aprovação de documentos jurídicos, formalização e institucionalização de “associações ou organizações que lutam em prol dos interesses e direitos destas pessoas” (VIEIRA, 2014:82). No entanto, as dificuldades são ainda muitas, indo desde o reconhecimento à aceitação dessas pessoas pela sociedade, sendo particularmente relevante atender ao cenário do ensino superior.

---

<sup>1</sup> Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (1981), Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1993), Encontro Internacional para a Discussão das Políticas de Atendimentos aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (1994), Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Específicas: Acesso e Qualidade (1994), Convenção Interamericana para a Eliminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999), Declaração de Caracas (2002), Declaração de Santo Domingo (2006), Decreto-Lei nº 163/2006, NBR9050/2015 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas): Adequação das Edificações e Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência, (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), entre outras.

De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas de 2011, cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, possuem algum tipo de limitação e em torno de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento. O Censo Demográfico realizado no Brasil em 2010 revelou que, no país, quase ¼ da população (23,91%) tinha algum tipo de deficiência, o que significa cerca de 45,6 milhões de pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em uma pesquisa realizada entre os anos de 2003 a 2011, detectou que nesse período o número de matrículas de estudantes no Brasil apresentava aproximadamente 6,7 milhões (Tabela 1). Já em relação ao número de matrículas de estudantes com necessidades educativas especiais (ENEE) no país em IES públicas e particulares passou de 5.078 para 23.250 (Tabela 2). No entanto, a entrada desse segmento da população ainda é pequena, visto que no começo desse período (2003) representavam 0,13% do total de estudantes com acesso à educação no ensino superior no país, conforme mostra a Tabela 3. No final do período (2011), passaram a representar 0,34% do total de matriculados, um crescimento de 0,21 pontos percentuais. Tais dados, se comparados com o índice de entrada, permanência e conclusão dos alunos ditos “normais” nas IES a diferença ainda é muito inferior (INSTITUTO NACIONAL..., 2011).

**Tabela 1- Estudantes matriculados em IES no Brasil**

Ano	IES Pública Nº de Estudantes	% de Estudantes	IES Particular Nº de Estudantes	% de Estudantes	Total de Estudantes
2003	1.176.174	29,9%	2.760.759	70,1%	3.936.933
2004	1.214.317	28,8%	3.009.027	71,2%	4.223.344
2005	1.246.704	27,3%	3.321.094	72,7%	4.567.798
2006	1.251.365	25,6%	3.632.487	74,4%	4.883.852
2007	1.335.177	25,4%	3.914.970	74,6%	5.250.147
2008	1.552.953	26,7%	4.255.064	73,3%	5.808.017
2009	1.523.864	25,6%	4.430.157	74,4%	5.954.021
2010	1.643.298	25,8%	4.736.001	74,2%	6.379.299
2011	1.773.315	26,3%	4.966.374	73,7%	6.739.689
<b>Média</b>	1.413.019	26,6%	3.891.770	73,4%	5.304.789

**Fonte:** INEP, 2011

Outro dado agravante, que convém ressaltar, é que os ENEE, de modo geral, encerram seus estudos entre o meio e o fim do ensino médio, com apenas 6,7% concluindo o ensino superior (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Isto ocorre porque os ENEE enfrentam muitos problemas e obstáculos como: transportes públicos não adaptados; instituições escolares/universitárias sem condições de acessibilidade; professores sem qualificação para lidar com esse tipo de estudante; materiais pedagógicos inadequados; bibliotecas sem acervo e estrutura arquitetônica adequada; falta de acessibilidade nos sites

## OS DESAFIOS E AS BARREIRAS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

---

das bibliotecas, entre outros (FERREIRA e DE BARROS CIANCONIP, 2011; GIACUMUZZI e MORO, 2014;. RAMALHO et al., 2016).

**Tabela 2 - Estudantes com necessidade educativa especial, matriculados em IES**

Ano	IES Público		IES Particular		Total de Aluno
	Nº de ENEE	% ENEE	Nº de ENEE	% ENEE	
2003	1.373	27,0%	3.705	73,0%	5.078
2004	1.318	24,4%	4.074	75,6%	5.392
2005	2.080	32,9%	4.247	67,1%	6.327
2006	1.855	26,7%	5.105	73,3%	6.960
2007	1.392	20,0%	5.551	80,0%	6.943
2008	1.984	16,5%	10.070	83,5%	12.054
2009	6.599	31,4%	14.407	68,6%	21.006
2010	6.885	33,9%	13.453	66,1%	20.338
2011	6.531	28,1%	16.719	71,9%	23.250
Média	3.335	28,0%	8.592	72,0%	11.928

Fonte: INEP, 2011

**Tabela 3 - Percentuais de participação de estudantes com necessidade educativa especial, em relação ao total de estudantes matriculados em IES públicas e privadas**

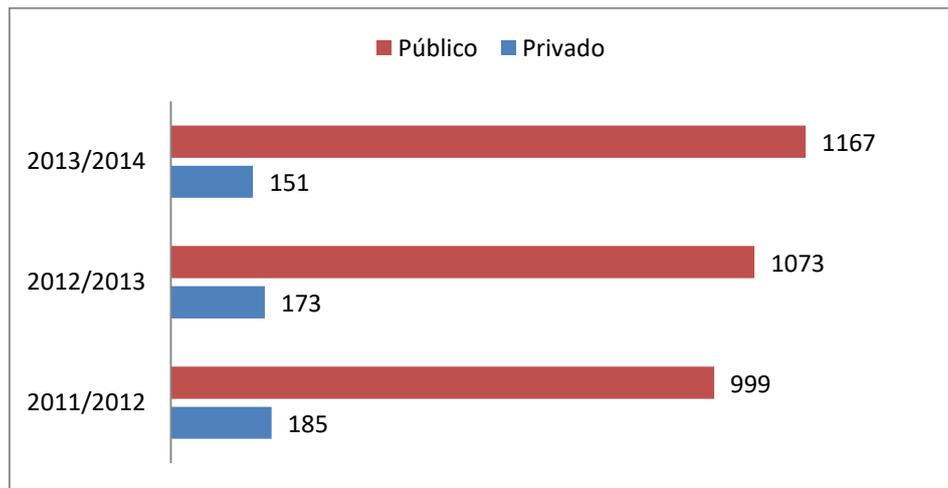
Ano	% ENEE nas IES Público	% ENEE nas IES Particular	Total de ENEE
2003	0,12%	0,13%	0,13%
2004	0,11%	0,14%	0,13%
2005	0,17%	0,13%	0,14%
2006	0,15%	0,14%	0,14%
2007	0,10%	0,14%	0,13%
2008	0,13%	0,24%	0,21%
2009	0,43%	0,33%	0,35%
2010	0,42%	0,28%	0,31%
2011	0,37%	0,34%	0,34%

Fonte: INEP, 2011

No contexto português, em 2014, foi desenvolvido um estudo pelo Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior (GTAEDS) em colaboração com

a Direção-Geral de Ensino Superior, em que se identificou 1.318 ENEE frequentando o ensino superior no ano letivo 2013-2014 (Pires, 2016). Os dados revelam que 83% destes estudantes frequentam IES pública e 38% frequentam o ensino superior público politécnico. O estudo contemplou os anos letivos de 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014, mas restou evidente uma forte tendência para o aumento de ENEE a frequentar o ensino público, e, em contrapartida uma diminuição de frequência deste tipo de estudantes no ensino superior privado (Gráfico 1).

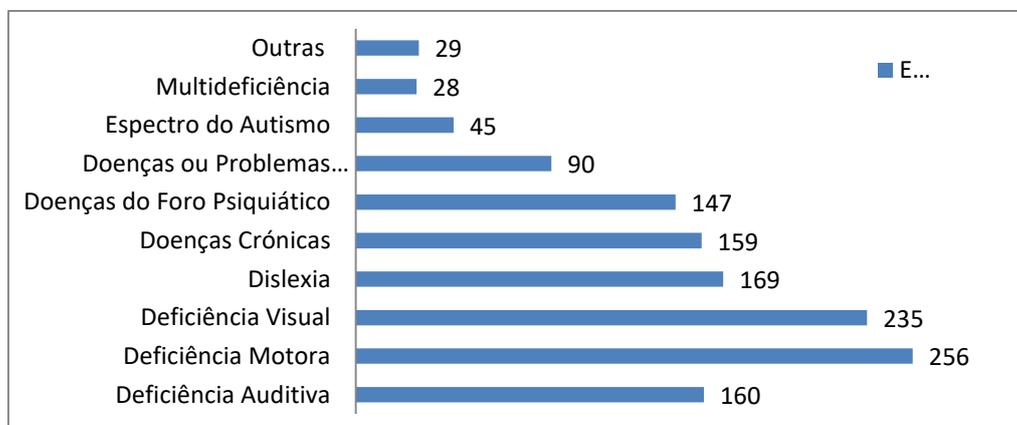
Gráfico 1 - Variação do nº de ENEE de 2011/2012 a 2013/2014



Fonte: PIRES, 2016

Pires (2016) confrontou os resultados obtidos no inquérito com os dados nacionais relativos aos estudantes que frequentavam o ensino superior no ano de 2014 (362.200) disponibilizado pelo Pordata, onde se verifica que os ENEE representam apenas 0,36% do universo dos estudantes do ensino superior. Neste contexto, quando especificado a tipologia ou condição da deficiência do estudante, houve a predominância para 20% (256) estudantes com deficiência motora, 18% (235) estudantes com deficiência visual e 12% (160) estudantes com deficiência auditiva (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Números de ENEE por tipologia



Fonte: PIRES, 2016

Dessa forma, o índice de entrada de ENEE no ensino superior merece atenção especial, devendo as universidades, como instituições sociais, estar preparadas para contribuir com o processo de inclusão dessas pessoas na sociedade. Assim, partindo do pressuposto de que todos têm direito à entrada no ensino superior, importa dar condições para que todos os estudantes, principalmente aqueles que possuem algum tipo de limitação, permanente ou temporária, entrem, permaneçam e concluam a universidade.

Neste contexto, torna-se necessário o desenvolvimento de ações e a implementação de mudanças nas universidades visando ao processo de inclusão de ENEE. Em relação às ações, estas devem favorecer o processo de acesso, permanência e conclusão com êxito do ENEE no ensino superior, implicando na adoção de medidas e mudanças no processo educacional (DINIZ, ALMEIDA e FURTADO, 2015; STROPARO, 2014).

A universidade, para contribuir na garantia do direito à educação e para colocar em prática o processo de inclusão, deve responder ao desafio de eliminar barreiras de acessibilidade: arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, pragmáticas e atitudinais. Cabe lembrar que não basta o direito à educação ser reconhecido: é preciso que ele seja garantido. Dessa forma, recursos, serviços e equipamentos destinados aos ENEE no ensino superior estão garantidos por lei, e a implementação depende de políticas sérias de investimentos, mudanças de mentalidade da sociedade e da própria comunidade universitária (DINIZ, ALMEIDA e FURTADO, 2015; RAMALHO et al., 2016; STROPARO, 2014).

A universidade, especificamente por meio de sua biblioteca, deve desenvolver projetos de acessibilidade e promover ações inclusivas, procurando respeitar as diferenças e promovendo propostas inovadoras especificamente orientadas para a inclusão destes estudantes. Aos ENEE, torna-se necessário oferecer as mesmas oportunidades de participação e inclusão social, mediante suas necessidades e condições, sem distinção, contribuindo, dessa forma, para a sua formação e desenvolvimento cognitivo e social (STROPARO, 2014).

### ***3. Biblioteca universitária inclusiva: igualdade dos direitos para os utilizadores com ou sem necessidades especiais***

A biblioteca universitária inclusiva deve priorizar a igualdade dos direitos, com ênfase para o direito à educação e à pesquisa. Acima de tudo deve responder às necessidades dos ENEE, além de “ampliar o debate sobre políticas públicas de atendimento aos alunos com deficiência e se posicionar efetivamente no plano de implantação de políticas de educação inclusiva na universidade”. Neste contexto, são vários os desafios, e um deles consiste que a biblioteca está inserida em uma IES que já está passando por outros problemas de ordens: política, econômica e social, que se refletem em todas as instâncias da universidade, inclusive na sua biblioteca (STROPARO, 2014:66).

A biblioteca deve ser um ambiente que acolhe utilizadores com ou sem necessidades especiais, uma vez que seu cartão de visita está na disponibilidade de produtos e serviços que supram as necessidades informacionais de um público variado (CARIAS, 2012; CRUZ, 2014; BILA, 2014). A biblioteca não deve ser um ambiente colaborativo para gerar exclusão e deficiência, mas, local acessível para todos (SILVA e BERNARDINO, 2015; GLAT e

BLANCO, 2007; KHAILOVA, 2014; KOULIKOURDI, 2008; STROPARO, 2014) disponibilizando apoio necessário à boa execução da função educativa do ensino superior, favorecendo a formação de cidadãos informados, críticos, autônomos e intervenientes na sociedade (DINIZ, ALMAIDA e FURTADO, 2015).

Dentro desta realidade, apresentam-se quatro requisitos, para que qualquer biblioteca possa ser considerada inclusiva:

- cooperação interinstitucional (cooperação e intercâmbio entre bibliotecas através da partilha de recursos informativos e documentais, disponibilizando a prestação de serviço de qualidade direcionado para o usuário com necessidade especial);
- bibliotecários informados (os bibliotecários deverão conhecer pelo menos a existência de tecnologias de apoio, bem como estar preparados para encaminhar os utilizadores para serviços alternativos em outras bibliotecas, caso a biblioteca em que atue não forneça);
- equipamentos e serviços (a existência de equipamentos e tecnologias de apoio adaptados para acesso a catálogos *on-line*, oferecer serviço de atendimento domiciliar para os utilizadores com dificuldades para deslocar até à biblioteca, além de alargar os serviços de empréstimo inter-bibliotecas à documentação em suportes especiais, entre outros);
- partilha de espaços (é fundamental que as pessoas com ENEE compartilhem os mesmos espaços com as pessoas ditas “normais”, favorecendo o sentido de partilha de vivência, experiências, interações e de ajuda entre utilizadores independente de ter ou não limitações, permitindo que todos aprendam a conviver com a diferença e, esta, ao tornar-se uma experiência “comum” do cotidiano, acabará mesmo por perder a característica de “ser diferente”) (RIBEIRO e LEITE, 2003).

Dessa forma, a biblioteca inclusiva deve priorizar: o ambiente físico da biblioteca; a integração bibliotecário-usuário; e a interação usuário-usuário com e sem necessidade especial. Este tipo de biblioteca deve permitir que

possibilidades de acesso iguais e justas para todos os utilizadores precisam ser garantidas, criando-se ambientes que ofereçam recursos tanto em termos de mobiliário, espaço físico, acervo, sinalização e capacitação pessoal como na adequação da página da Web, software e hardware. Apresenta-se com o papel de buscar, por meio de tecnologia de informação, formas alternativas para compartilhar e contribuir no processo de aprendizagem, possibilitando o acesso ao conhecimento e favorecendo a garantia do direito à educação (STROPARO, 2014:71).

No Brasil, infelizmente, existem poucos casos de biblioteca inclusiva que garanta o acesso pleno dos utilizadores que apresentam algum tipo de limitação, prevalecendo sempre algum tipo de barreiras dentro do contexto de um ou várias dimensões de acessibilidade. Mas, a maior barreira está na falta de profissionais capacitados para prestar atendimento a essas pessoas (STROPARO, 2014; RAMALHO et al., 2016).

Em Portugal, a situação não é muito diferente, quanto à existência de biblioteca inclusiva, fato que se reflete na produção literária sobre o assunto. Para este artigo desenvolveu-se um levantamento bibliográfico nos cadernos BAD e nos repositórios de algumas universidades e salientam-se estudos escassos sobre a temática, porém nota-se que algumas bibliotecas universitárias começam a despertar para este assunto, mas, no geral, a literatura analisada centra-se nas mesmas instituições (NETO, 2014).

O bibliotecário atuante em uma biblioteca inclusiva deve conhecer e saber responder às necessidades de acesso à informação dos utilizadores com e sem necessidades especiais (BILA, 2014). E, na maioria dos casos, os bibliotecários sentem dúvidas em relação à forma como se devem comportar e agir com o usuário com necessidades especiais, principalmente por sua falta de qualificação profissional.

Neste contexto, torna-se necessário que o bibliotecário busque qualificar-se, participando de projetos e cursos que permitam sua educação continuada sobre as temáticas: inclusão e acessibilidade (DINIZ, ALMEIDA e FURTADO, 2015). Esta educação continuada fará a diferença durante o processo de gestão, constituição e desenvolvimento de coleção<sup>2</sup> da biblioteca.

Enfatiza-se que a convivência dos bibliotecários com ENEE fará com que esse profissional se sensibilize com a situação e procure conhecer mais sobre este tipo de usuário. Neste contexto, é fundamental sublinhar a importância da empatia e altruísmo que o bibliotecário que lida com pessoas deve possuir. É da maior importância que este profissional tenha capacidade de sentir ou imaginar uma situação vivenciada pela pessoa com necessidades especiais, buscando compreender os seus sentimentos e emoções, de forma racional, na tentativa de sentir o que o outro sentiria. Sublinha-se, pois, aqui a importância deste processo de altruísmo e empatia no sentido de reforçar quão relevante é que o indivíduo se coloque no lugar ou situação do outro para vivenciar as suas experiências, o que leva as pessoas a ajudarem as outras e a compreenderem as limitações e aflições do outro (BODAGHI, CHEONG e ZAINAB, 2016).

Em relação à convivência, entre utilizadores com e sem necessidades especiais no recinto da biblioteca, esta reforça a troca de experiências de vida, além de alargar os laços de amizade conscientizando as pessoas de que as diferenças não devem separar, mas sim unilas, contribuindo para o respeito e o sentimento de igualdade. Essa interação traz à tona as diferenças interpessoais, as realidades e suas experiências distintas do cotidiano, dependendo do tipo da limitação que apresente, a forma como eles lidam com o diferente, os preconceitos e a falta de paciência em aceitar o outro como ele é. Todos os utilizadores

---

<sup>2</sup> O processo de gestão, constituição e desenvolvimento de coleção de uma biblioteca compreende um trabalho de planejamento, interrupto e cíclico que serve a uma determinada comunidade, consistindo em uma atividade rotineira das bibliotecas que passa por várias etapas (seleção, aquisição, avaliação, preservação, conservação, desbaste, descarte, remanejamento, etc. (VERGUEIRO, 1989; WEITZEL, 2002). Esse processo consiste em etapas do planejamento e da administração das bibliotecas, sendo necessário haver uma ligação com os objetivos das bibliotecas, da coleção e dos usuários. Exigindo uma “gestão prudente, obrigando a que se estabeleçam normas e critérios para os processos de seleção, aquisição e desbaste, bem como a que se definam critérios para a sua manutenção e preservação”. Ao definir prioridades de compra contribui-se para um bom uso das verbas disponíveis. Tendo em conta que um acervo ideal é o que responde com eficiência e eficácia às demandas informativas dos seus usuários, a formalização destas normas e critérios numa política de desenvolvimento de coleções, onde a seleção assume o ponto fulcral, contribuirá para o crescimento de um acervo de forma coerente, atual, relevante e com qualidade para os utilizadores (VERGUEIRO, 1989; WEITZEL, 2002).

com ou sem necessidade especial devem receber orientações sobre a questão da deficiência e as formas de convivência que respeitem as diferenças, o que não é tarefa fácil, mas possível de ser realizada pela biblioteca, em parceria com outros sectores da universidade (RIBEIRO e LEITE, 2003).

#### 4. Procedimentos metodológicos

Este artigo relata resultados parciais e preliminares de uma investigação mais abrangente que visa estudar as boas práticas inclusivas das bibliotecas universitárias no contexto brasileiro e português ao incluir uma etapa de diagnóstico das experiências e casos (programas e projetos) de uso de produtos de apoio e de soluções acessíveis por bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas. Salientamos os escassos estudos realizados no Brasil e em Portugal sobre esta matéria (DINIZ, ALMAIDA e FURTADO, 2015; MARTINS e MARTINS, 2011, 2012; NETO, 2014; VIEIRA, 2014)

A investigação descrita contemplou uma etapa na qual os diretores/coordenadores das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas foram inquiridos através da aplicação de um *survey*<sup>3</sup>, considerando a necessidade identificada de descrever, compreender e interpretar as percepções do público-alvo na temática.

Este *survey* foi operacionalizado num inquérito por questionário *online* aplicado a 87 (oitenta e sete) diretores/coordenadores de bibliotecas universitárias: 54 (cinquenta e quatro) bibliotecas universitárias brasileiras e 33 (trinta e três) bibliotecas portuguesas. Entre dezembro de 2015 a dezembro de 2016 obtivemos o retorno de 50 (cinquenta) respostas válidas, distribuídas por 28 (vinte e oito) bibliotecas brasileiras e 22 (vinte e duas) bibliotecas portuguesas. Convém destacar que a não participação de algumas bibliotecas neste inquérito está relacionada à falta de tempo de seus coordenadores, a não visualização do *email* ou por não disporem de serviços direcionados para utilizadores com algum tipo de deficiência, excluindo-se de colaborar nesta investigação.

Dentre os critérios de inclusão e exclusão da amostra está a biblioteca pertencer: a uma universidade federal, no caso brasileiro; e a biblioteca pertencer a uma universidade pública e/ou a um instituto politécnico, no caso português. Dentre os procedimentos executados destacam-se: contacto com os diretores/coordenadores das bibliotecas, preparação do inquérito por questionário, organização da técnica de recolha de dados, pré-testagem do inquérito e aplicação do mesmo aos diretores/coordenadores das bibliotecas.

Este inquérito foi construído com o objectivo de diagnosticar as experiências e casos (programas e projetos) de uso de tecnologias de apoio por bibliotecas universitárias públicas brasileiras (federais) e portuguesas. Para tanto, este questionário está estruturado nas seguintes partes: (i) informações sobre os diretores/coordenadores das bibliotecas (perfil dos inquiridos); (ii) informações sobre os programas e projetos de uso de produtos de apoio e de soluções acessíveis; (iii) infraestrutura do campus (quanto à acessibilidade

---

<sup>3</sup> As pesquisas de levantamento de dados ou *Survey* permitem ao investigador chegar a descrição, explicação e exploração do fenómeno proposto. Ao fazer um levantamento, frequentemente se descreve como aparece naquela amostra aquele comportamento ou atitude. Pode-se chegar também a uma explicação para a presença daquele fenómeno e consegue-se explorar um tema que não está claro para o pesquisador (CALAIS, 2013).

no estacionamento público; quanto à acessibilidade em transporte urbano coletivo; quanto ao percurso interno entre os prédios; quanto aos sanitários e mobiliários urbanos do campus); e (iv) infraestrutura da biblioteca (quanto à acessibilidade arquitetónica; acessibilidade comunicacional; acessibilidade instrumental; acessibilidade metodológica; acessibilidade programática). E, dada a limitação da extensão deste artigo, relatam-se apenas os dados parciais recolhidos, relacionados aos itens (i) e (iv) do referido inquérito.

A análise dos dados recolhidos para esta investigação envolve algum tratamento em *excel*, em nível de estatística descritiva básica, cujos resultados serão descritos no próximo item, respeitando o anonimato dos respondentes e preservando a autenticidade das respostas obtidas.

## **5. Resultados e discussões**

Os resultados estão estruturados em duas subsecções (Perfil dos diretores/coordenadores das bibliotecas e infraestrutura da biblioteca), que revelam aspectos importantes para se identificar o perfil dos diretores/coordenadores das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas, bem como a situação da infraestrutura da biblioteca quanto à questão da acessibilidade. Ressalta-se que serão utilizadas algumas das questões do inquérito por conta da limitação do texto do artigo.

### **5.1. Perfil dos diretores/coordenadores das bibliotecas**

As 50 (cinquenta) respostas válidas compreendem 28 (vinte e oito) bibliotecas brasileiras e 22 (vinte e duas) bibliotecas portuguesas, cujos resultados serão descritos neste item.

Como constatado na tabela 4, a maioria (28/50) dos diretores/coordenadores das bibliotecas é de nacionalidade brasileira, seguido por 22/50 de nacionalidade portuguesa.

Quanto à faixa etária, género, nível académico e tempo de serviço (tabelas 4 e 5) os índices mais altos correspondem a: 11/50 “41 a 50 anos”, 22/50 “Feminino”, 9/50 “Especialização”, 8/50 “11 a 20 anos” e 7/50 “21 a 30 anos”, no caso português, e 13/50 “+ 50 anos”, 22/50 “Feminino”, 12/50 “Mestrado” e 8/50 “Especialização”, 11/50 “6 a 10 anos”, no caso brasileiro.

**Tabela 4 - Nacionalidade, faixa etária e género**

País	Faixa-Etária				Género		
	31 a 40 anos	41 a 50 anos	+ 50 anos	Total	Feminino	Masculino	Total
<b>Brasil</b>	10	5	13	28	22	6	28
<b>Portugal</b>	3	11	8	22	21	1	22
<b>Total</b>	13	16	21	50	43	7	50

**Fonte:** As autoras

**Tabela 5 - Nível acadêmico e tempo de serviço**

País	Graduação/Licenciatura	Nível Acadêmico				Pós-Doutorado/Pós-Doutoramento	Total
		Especialização	Mestrado	Doutorado/Doutoramento			
Brasil	1	8	12	6	1	28	
Portugal	3	9	7	3	0	22	
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>50</b>	

País	Tempo de Serviço						Total
	1 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	+ 40 anos	
Brasil	1	11	2	9	5	0	28
Portugal	0	2	8	7	3	2	22
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>50</b>

Fonte: As autoras

### **5.2. Infraestrutura da biblioteca**

Neste item, para melhor visualização das questões aplicadas, utilizaremos codificação para especificá-las, conforme Quadro 1 descreve.

**Quadro 1 – Questões sobre infraestrutura da biblioteca**

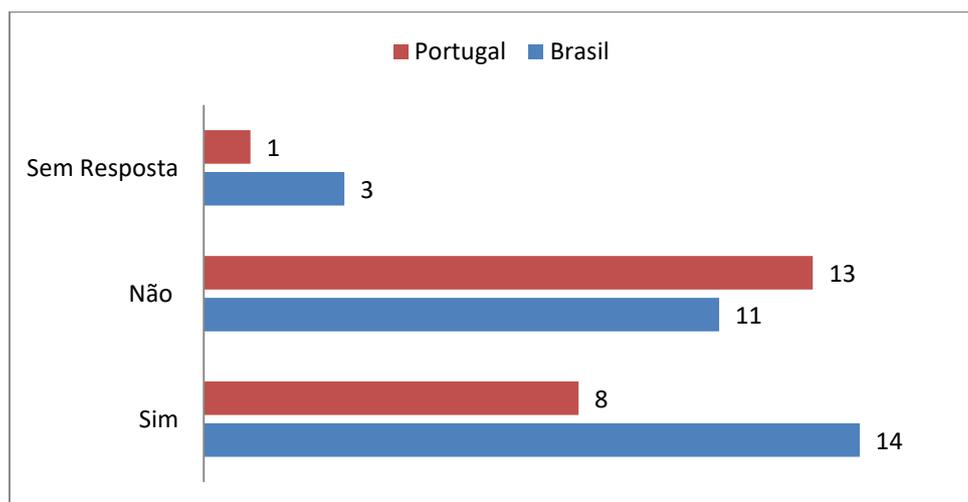
Nº	Questões
Q1	Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, se há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?
Q2	Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?
Q3	Se a circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos utilizadores com mobilidade reduzida?
Q4	Se a porta de entrada principal da biblioteca, bem como as internas, apresentam condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,77 m ou 0,80 m e altura mínima de 2,10 m, em consonância com Decreto-Lei nº163/2006 ou NBR 9050/2015?
Q5	Se as áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20 m?
Q6	Se as áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50 m?
Q7	Se as portas da biblioteca têm condições de serem abertas com um único movimento?
Q8	As maçanetas das portas são do tipo alavanca?
Q9	No caso da porta de vidro, esta possui uma faixa ao longo de toda a largura da porta e outra de moldura?
Q10	O campus dispõe de banheiros/casas de banho adaptados para estudantes que apresentam necessidades especiais ou algum tipo de limitação que estejam próximo à Biblioteca?

Fonte: As autoras

Para a **Q1**, 14/28 dos inquiridos responderam que “sim”, 11/28 responderam que “não” e 3/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro. Já os inquiridos portugueses, 8/22 responderam que “sim”, 13/22 responderam que “não” e 1/22 deixaram “sem resposta” (Gráfico 3).

Os inquiridos brasileiros que responderam “não”, ao comentarem suas respostas informaram que: “Não existem rotas alternativas.” e “Só há uma porta de entrada para a biblioteca no primeiro andar, porta bem larga que passa uma cadeira de rodas e que permite o raio de giro da cadeira. Para o acesso ao segundo andar onde está o acervo de livros, um cadeirante ou pessoa com mobilidade reduzida deverá entrar pelo prédio dos fundos, onde tem um elevador. Não sendo funcional para o estudante nem para a prestação de serviço. É preciso que a biblioteca tenha um elevador não dependendo de outras pessoas e prédios para dar autonomia e acessibilidade aos estudantes”. Já os inquiridos portugueses que responderam “não”, apenas um comentou sua resposta informando que: “Nestes casos, os funcionários da Biblioteca prestam apoio”.

**Gráfico 3 - A entrada da biblioteca possui degrau ou escada, se há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção**



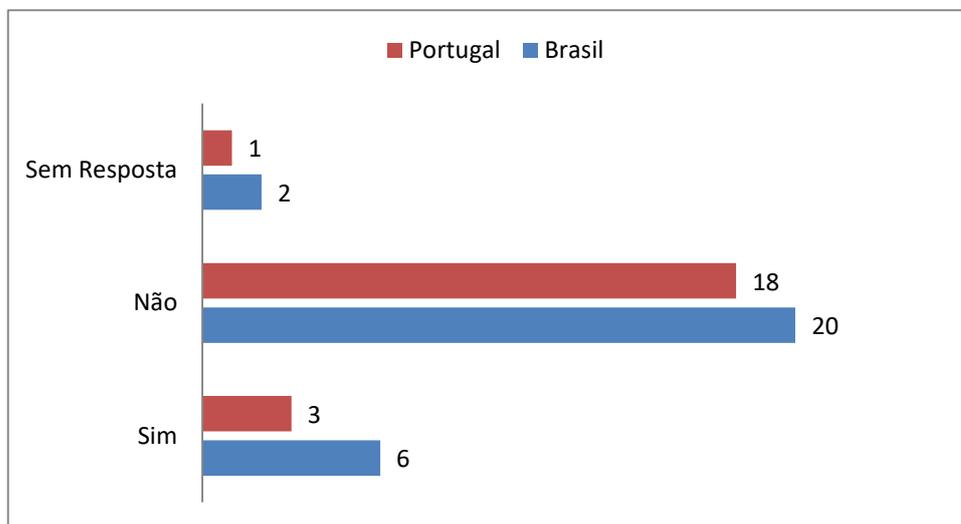
**Fonte:** As autoras

Na **Q2**, 6/28 dos inquiridos responderam que “sim”, 20/28 responderam que “não” e 2/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro. Já os inquiridos portugueses, 3/22 responderam que “sim”, 18/22 responderam que “não” e 1/22 deixaram “sem resposta” (Gráfico 4).

Os inquiridos brasileiros que responderam “não”, ao comentarem suas respostas informaram que: “Não temos porta giratória”, “É uma mesma entrada para todos,” “As bibliotecas da Universidade X são distribuídas em campi diferentes. Não existe um prédio único,” e “A entrada da biblioteca é acessível para cadeirantes, cegos, mobilidade reduzida. A porta é ampla”.

No caso dos inquiridos portugueses que responderam “não”, apenas um comentou sua resposta: “Este é o grande problema da Biblioteca: apesar de todo o anterior, ou seja, potenciais condições de acessibilidade, quando chegamos à porta de entrada que apresenta 2 folhas, com abertura inferior a 80cm e puxador de bola impedindo assim o acesso sem ajuda a: utilizadores com cadeira de rodas, com doenças neuromusculares, com carrinhos de bebé e mesmo que possam sair com livros ou outros objetos na mão. É sempre necessário abrir a segunda folha para a entrada destas pessoas, o que agrava a dependência quando se trata de pessoas com diversidade funcional e mobilidade muito condicionada. Foi efetuada proposta para a instalação de uma porta de abertura automática”.

**Gráfico 4 - A entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade**



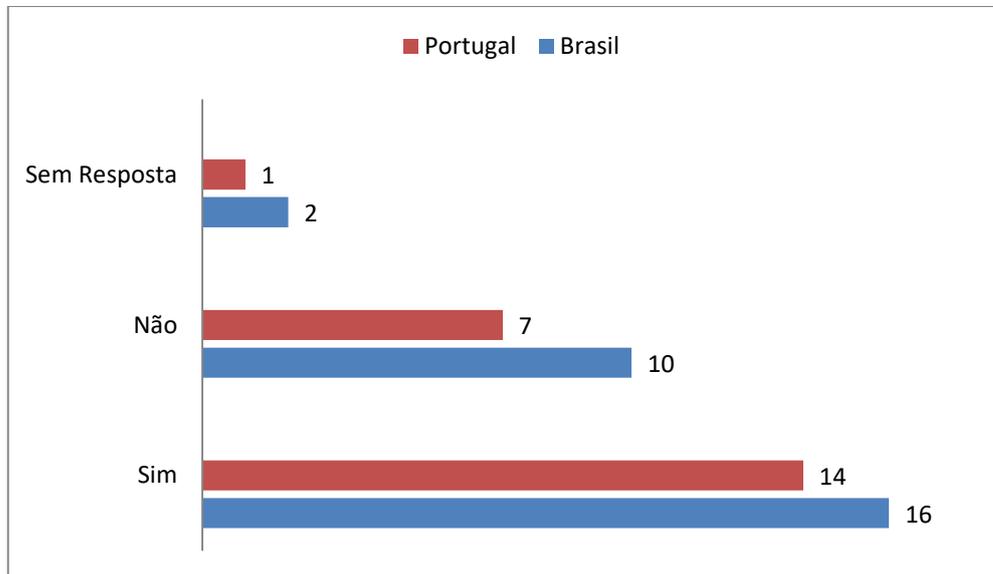
**Fonte:** As autoras

Em resposta à Q3, 16/28 dos inquiridos responderam que “sim”, 10/28 responderam que “não” e 1/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro. Já os inquiridos portugueses, 14/22 responderam que “sim”, 7/22 responderam que “não” e 1/28 deixaram “sem resposta” (Gráfico 5).

Os brasileiros que responderam “não”, ao comentarem suas respostas informaram que: “Há obstáculos além da porta de entrada”, “Há uma catraca de controle de fluxo na entrada da Biblioteca” e “Para uma pessoa cega teria obstáculos, pois não há sinalização tátil para elas. Para os cadeirantes e mobilidade reduzida não há impacto. Mas o balcão de atendimento é muito alto não respeitando as normas. Para acesso ao segundo andar é totalmente limitado. Só tem escada que dá acesso aos livros”.

Já os portugueses que responderam “não”, alguns comentaram suas respostas informando que: “Existem dois torniquetes de entrada e saída. Os ENEE usam a porta de emergência que lhes é especificamente aberta quando utilizam a Biblioteca,” “Espaços amplos (átrio) e existem 2 elevadores para os diferentes pisos” e “Tem torniquetes com possibilidade de entrada de leitores com mobilidade reduzida”.

**Gráfico 5 - Se a circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos utilizadores com mobilidade reduzida**

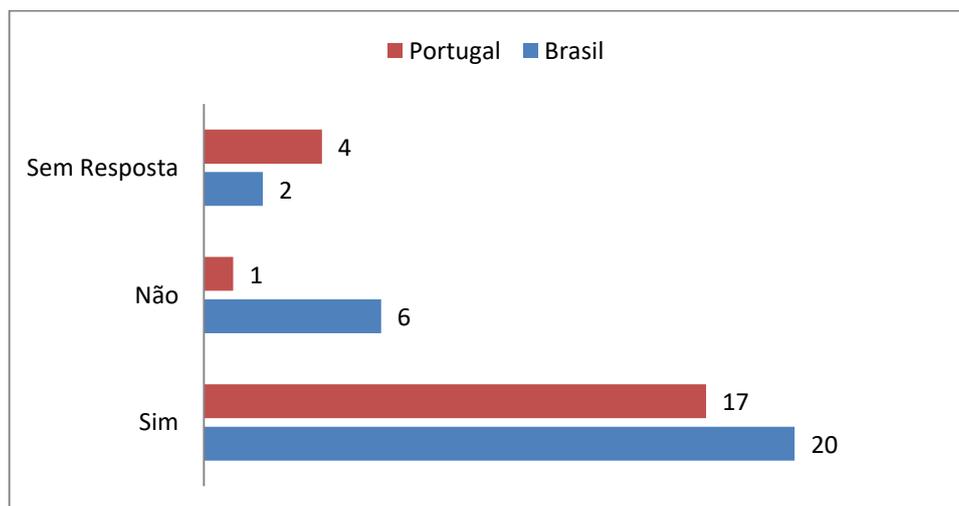


**Fonte:** As autoras

Na **Q4**, 20/28 dos inquiridos responderam que “sim”, 6/28 responderam que “não” e 2/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro. Já os portugueses, 17/22 responderam que “sim”, 1/22 responderam que “não” e 4/22 deixaram “sem resposta” (Gráfico 6).

Os brasileiros que responderam “não”, ao comentarem suas respostas informaram que: “Não sei dizer,” “Não sei precisar só medindo. A rampa da entrada da biblioteca sim, mas as demais portas são de vidro de correr.” O inquirido português que respondeu “não”, se omitiu de comentários.

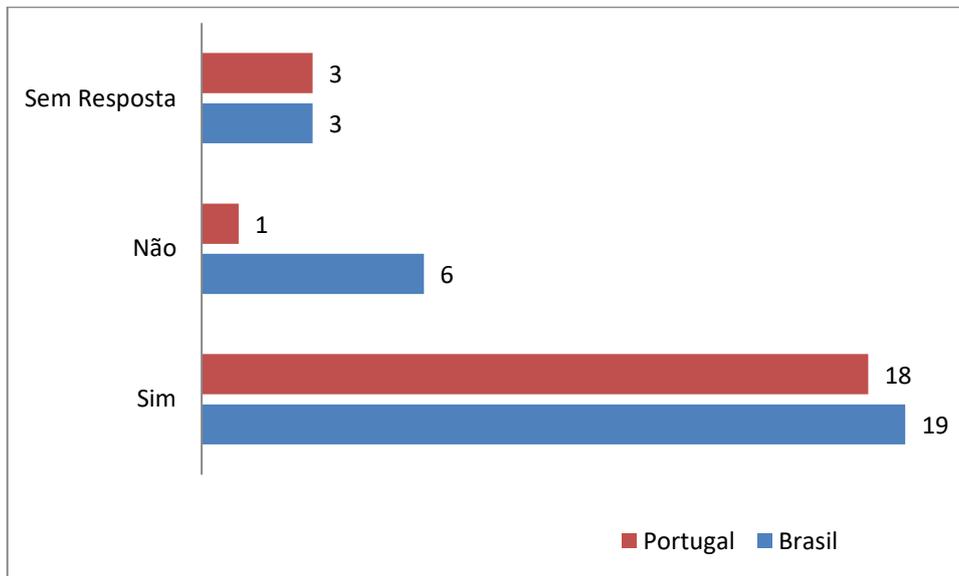
**Gráfico 6 - Se a porta de entrada principal da biblioteca, bem como as internas, apresentam condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,77 m ou 0,80 m e altura mínima de 2,10 m**



**Fonte:** As autoras

Na **Q5**, 19/28 responderam que “sim”, 6/28 responderam que “não” e 3/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro. Já os inquiridos portugueses, 18/22 responderam que “sim”, 1/22 responderam que “não” e 3/22 deixaram “sem resposta” (Gráfico 7).

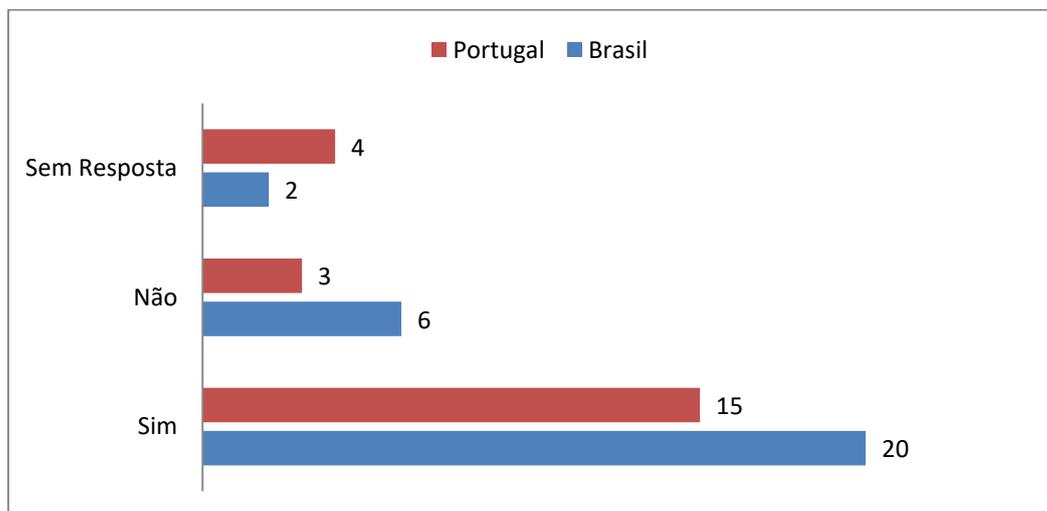
**Gráfico 7 - Se as áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20 m**



**Fonte:** As autoras

Sobre a **Q6**, obtiveram-se as seguintes respostas: 20/28 dos inquiridos responderam que “sim”, 6/28 responderam que “não” e 2/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro; 15/22 dos inquiridos portugueses responderam que “sim”, 3/22 responderam que “não” e 4/22 (Gráfico 8).

**Gráfico 8 - Se as áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50 m**

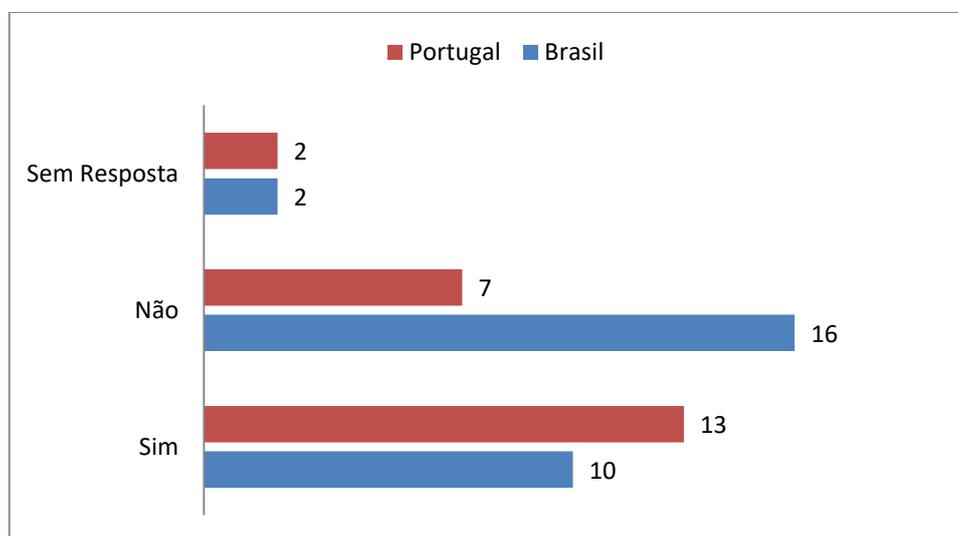


**Fonte:** As autoras

Quanto à **Q7**, 10/22 dos inquiridos responderam que “sim”, 16/28 responderam que “não” e 2/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro. Já os inquiridos portugueses, 13/22 responderam que “sim”, 7/22 responderam que “não” e 2/22 deixaram “sem resposta” (Gráfico 9).

Os brasileiros que responderam “não”, ao comentarem suas respostas informaram que: “Com um único movimento de empurrar as portas, mas não sei precisar a força exigida,” “Porta abre com trinco e chaves. Um dos lados para ser aberta tem trinco no alto e em baixo, não sendo acessível a um cadeirante, ou pessoa com baixa estatura por exemplo.” No caso dos inquiridos portugueses que responderam “não”, apenas um comentou a sua resposta: “Não dispomos dessa informação”.

**Gráfico 9 - Se as portas da biblioteca têm condições de serem abertas com um único movimento**

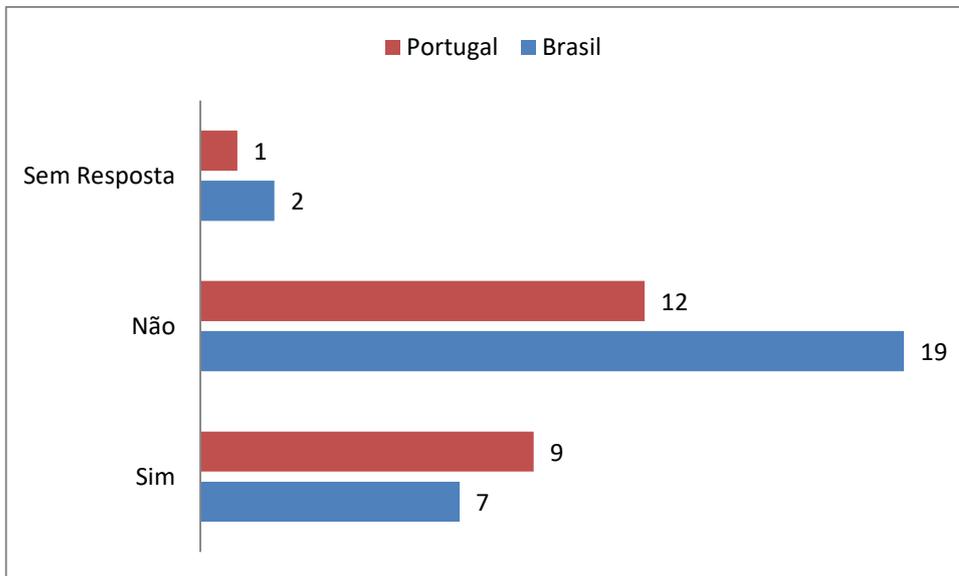


**Fonte:** As autoras

Para a **Q8**, a distribuição de respostas apresentou: 7/28 “sim”, 19/28 “não” e 2/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro; 9/22 dos inquiridos portugueses responderam que “sim”, 12/22 responderam que “não” e 1/22 deixaram “sem resposta” (Gráfico 10).

Os inquiridos brasileiros que responderam “não”, ao comentarem suas respostas informaram que: “Apenas as dos banheiros,” “A porta é de vidro” e “São puxadores grandes e basta empurrar que as portas abrem.” Já os inquiridos portugueses que responderam “não”, apenas um comentou ao informar que: “Tudo puxadores [são] de bola”.

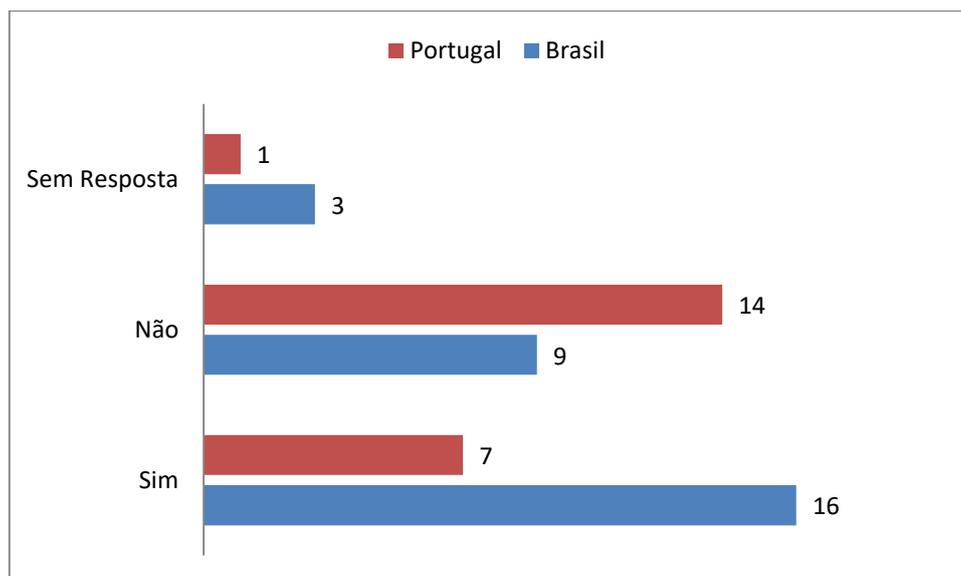
Gráfico 10 - As maçanetas das portas são do tipo alavanca



Fonte: As autoras

Referente à **Q9**, 16/28 dos inquiridos responderam que “sim”, 9/28 responderam que “não”, e 3/28 deixaram “sem resposta”, no contexto brasileiro. Já os inquiridos portugueses, 7/22 responderam que “sim”, 14/22 responderam que “não” e 1/22 deixaram “sem resposta” (Gráfico 11).

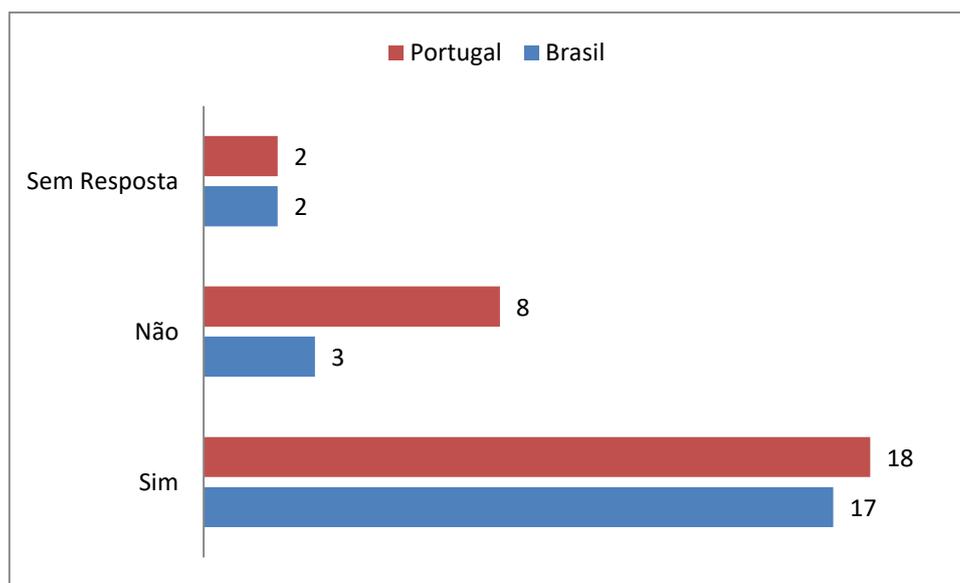
Gráfico 11 - No caso da porta de vidro, esta possui uma faixa ao longo de toda a largura da porta e outra de moldura



Fonte: As autoras

Na **Q10**, 17/22 responderam que “sim”, 3/22 responderam que “não”, no contexto português e 2/22 deixaram “sem resposta”. Já os inquiridos brasileiros, 18/28 responderam que “sim”, 8/28 responderam que “não” e 2/28 deixaram “sem resposta” (Gráfico 12).

**Gráfico 12 - Campus dispõe de banheiros/casas de banho adaptados para estudantes que apresentam necessidades especiais ou algum tipo de limitação que estejam próximo à Biblioteca**



**Fonte:** As autoras

## **6. Considerações finais**

Na presente pesquisa constatou-se que existe uma grande fragilidade, quanto à infraestrutura das bibliotecas investigadas para promover a inclusão e acessibilidade do ENEE. Nestes dois países, foram verificados que a gestão tem reconhecido a sua limitação e carência quanto às práticas de inclusão e acessibilidade nas bibliotecas.

Devem ser tidas em conta que existem semelhanças negativas entre os dois países quanto as infraestruturas de algumas bibliotecas. É necessário perceber e gerir a resistência individual e a falta de conhecimento de alguns diretores/coordenadores de bibliotecas universitárias para planear e implantar ações ou projetos ou atividades voltadas para inclusão e acessibilidade.

Assim, a investigação revelou que para a **Q1**, ficou evidente que, na maioria dos casos, quando a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, não há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais ou com dificuldades de locomoção, em ambos os países.

Quanto a **Q2**, evidenciou que quando a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, não há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade, nos dois contextos estudados.

Em resposta à **Q3**, percebeu-se certo equilíbrio quanto à circulação da entrada da biblioteca ser contínua, sem obstáculos à circulação dos utilizadores com mobilidade reduzida, em ambos os países.

Quanto a **Q4**, é de notar que a porta de entrada principal da biblioteca, bem como as internas, na maioria dos casos, apresentam boas condições de acessibilidade em consonância com Decreto-Lei nº163/2006 ou NBR 9050/2015.

Nas **Q5** e **Q6**, percebeu-se que a maioria dos inquiridos informou que suas bibliotecas possuem: áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada com área livre de 1,20 m e as áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50 m, ou seja, ambos os países apresentam condições de acessibilidade quanto aos itens avaliados.

Quanto à **Q7**, no contexto brasileiro, houve uma forte tendência negativa quanto às portas de as bibliotecas apresentarem condições de serem abertas com um único movimento. Mas, no contexto português, a realidade apresentada foi muito mais animadora com um índice mais alargado de dados positivos.

Para a **Q8**, é de notar um alto índice de dados que afirmam que as maçanetas das portas das bibliotecas não são do tipo alavanca, informação que denota falta de acessibilidade em ambos os países.

Referente a **Q9**, percebe-se uma forte tendência para as bibliotecas estudadas ao apresentarem porta de vidro, esta não possui uma faixa ao longo de toda a largura da porta e outra de moldura como sinalização em ambos os países.

Na **Q10**, as respostas deixam evidente que a maioria dos campi dispõe de banheiros/casas de banho adaptados para estudantes que apresentam necessidades especiais ou algum tipo de limitação que estejam próximo à Biblioteca.

Enfim, a acessibilidade está vinculada a ações, projetos e ou atividades planeadas por bibliotecários sensíveis e conhecedores das necessidades não só informacionais, mas das limitações psíquicas, físicas e motoras dos utilizadores reais e potenciais das bibliotecas. Devendo assim, os diretores/coordenadores de bibliotecas universitárias estarem sempre atentos para as inovações, tendências e legislação vigentes na sociedade atual sobre inclusão e acessibilidade.

### **Referências bibliográficas**

**BILA, A. S. A.**

2014 *Biblioteca de Arte inclusiva: informação e conhecimento acessíveis aos leitores com deficiência visual*. [Em linha]. Universidade Nova de Lisboa. 2014.  
Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14767>.

**BODAGHI, N. B.; CHEONG, L. S.; ZAINAB, A. N.**

2016 Librarians empathy: visually impaired students' experiences towards inclusion and sense of belonging in an academic library. *Journal of Academic Librarianship*. [Em linha]. 42:1 (2016) 87-96.  
Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.acalib.2015.11.003>.

**BONNICI, L. J.; MAATTA, S. L.; WELLS, M. K.**

2009 US national accessibility survey: librarians serving patrons with disabilities. *New Library World*. [Em linha]. 110:11/12 (2009) 512-528.

Disponível em: <http://doi.org/10.1108/03074800911007532>.

**CALAIS, S. L.**

2013 Delineamento de levantamento ou survey. In BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Daniel Corrêa de, ed. - *Metodologias de pesquisas em ciências: análises quantitativa e qualitativa*. Rio de Janeiro: LTC, 2013, p. 81-89.

**CARIAS, N. M. G. G.**

2012 *Biblioteca dual: de biblioteca escolar a biblioteca pública*. [Em linha]. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012.

Disponível em:

<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3836/dissert.pdf?sequence=1>.

**CRUZ, S. P.**

2014 Bibliotecas inclusivas, bibliotecas para todos. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*. [Em linha]. 107 (2014) 42-49.

Disponível em: [www.aab.es/app/download/21024463/SUSANA+PEIX.pdf](http://www.aab.es/app/download/21024463/SUSANA+PEIX.pdf).

**DINIZ, I. C. S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C.**

2015 Acessibilidade e produtos de apoio nas bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ações e estratégias. In CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TIC NA EDUCAÇÃO, 9<sup>a</sup>, Braga, 2015 = INTERNATIONAL CONFERENCE ON ICT IN EDUCATION, 9<sup>th</sup>, Braga, 2015 – *Challenges 2015: meio século de TIC na Educação: atas = Half a century of ICT in Education: Proceedings*. Org. Maria João Gomes, António José Osório, António Luís Valente. Braga: Universidade do Minho, 2015, p. 958-962.

**DINIZ, I.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C.**

2015 Tecnologias assistivas nas bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas : ações e estratégias. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 24<sup>o</sup>, São Paulo, 2015. São Paulo: FEBAB, 2015, p. 1-4.

**FERREIRA, G. A.; DE BARROS CIANCONIP, R.**

2011 Acessibilidade dos deficientes visuais e cegos às informações de bibliotecas universitárias na web. *Informacao & Sociedade*. 21: 2 (2011) 151-163.

**FIALHO, J.; SILVA, D. de O.**

2012 Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 17 (2012) 153-168.

**GIACUMUZZI, G.; MORO, E. L. da S.**

2014 Acessibilidade arquitetônica em diferentes tipologias de bibliotecas. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, CULTURA, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO, São Paulo, 2014. São Paulo: FEBAB, 2014, p. 1-5.

**GLAT, R.; BLANCO, L. M. V., ed.**

2007 *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, p. 15-35.

**GOMES, G. F.**

2011 *Acessibilidade e inclusão : um estudo da biblioteca Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

2010 *Censo demográfico de 2010*. [Em linha]. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**

2011 *Censo da educação superior, 2011: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2011.

**KHAILOVA, L.**

2014 Selected reference sources in disability studies: an annotated bibliography. *Reference Reviews*. [Em linha]. 28:8 (2014) 2-6.

Disponível em: <http://doi.org/10.1108/RR-01-2014-0012>.

**KOULIKOURDI, A.**

2008 Library services for people with disabilities in Greece. *Library Review*. [Em linha]. 57:2 (2008) 138-148.

Disponível em: <http://doi.org/10.1108/00242530810854017>.

**MARTINS, A. B.; MARTINS, A.**

2012 Bibliotecários de instituições de ensino superior quebram barreiras. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa. 11 (2012).

**MARTINS, A. B.; MARTINS, A.**

2011 Papel das bibliotecas de ensino superior no apoio a utilizadores com necessidades especiais. *Indagatio Didactica*. 3:2 (2011).

**NETO, L. M. F. P.**

2014 O Papel social da biblioteca universitária na inclusão do indivíduo portador de deficiência visual. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. [Em linha]. Lisboa. 1 (2014) 19-31.

Disponível em: [www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1046](http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1046).

**PIRES, L. A.**

2016 Estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior: respostas institucionais. In *Ser estudante no ensino superior: o caso dos estudantes do 1º ano*. [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, 2016, p. 168.

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/42103>.

**RAMALHO, F.; HAMAD, H.; GUIMARÃES, Í. J. B.**

2016 Comportamento informacional dos discentes deficientes visuais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. *Informação e Informação*. [Em linha]. 21:1 (abr. 2016) 230-256.

Disponível em: <http://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n1p230>.

**RIBEIRO, A.; LEITE, J.**

2003 Contributos para um conceito de “Biblioteca inclusiva”. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7º, Porto, 2001 – *Actas*. [Em linha]. Porto: BAD, 2003.

Disponível em:

<http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/700>.

**SANTOS, Marivaldina Bulcão dos**

2012 *Biblioteca universitário: acesso à informação e conhecimento*. [Em linha]. 2012.  
Disponível em: <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QHV.pdf>.

**SILVA, C. C. de O. Da; BERNARDINO, M. C. R.**

2015 Percepções Sobre Biblioteca Inclusiva. *Folha de Rosto: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 1:1 (2015), 30-43.  
Disponível em:  
<http://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/5/4>.

**STROPARO, E. M.**

2014 *Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)*. [Em linha]. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2014.  
Disponível em: [http://www.ppge.ufpr.br/teses/M14\\_ElianeStroparo.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M14_ElianeStroparo.pdf).

**VERGUEIRO, W. de C. S.**

1989 *Desenvolvimento de coleções*. [Em linha]. 19<sup>th</sup> ed. São Paulo: Polis, 1989.  
Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/livro-desenvolvimento-de-colec3a7c3b5es.pdf>.

**VIEIRA, D. V.; BAPTISTA, S. G.; CERVERÓ, A. C.**

2013 As Competências profissionais do bibliotecário 2.0 no espaço da biblioteca universitária: discussão da prática. *Informacao & Sociedade*. 23:2 (2013) 45-58.

**VIEIRA, L. C. B.**

2014 Biblioteca inclusiva: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na Universidade Federal do Maranhão. *Biblionline*, 10:1(Jul. 2014).  
Disponível em:  
<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/17882/11099>.

**WEITZEL, S. R.**

2002 O Desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 7:1 (2002) 61-67.  
Disponível em:  
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414/227>.

**WIJAYARATNE, A.; AMARASEKARA, R.**

2014 Librarians' competency and willingness towards serving the users with disabilities: where do Sri Lanka librarians stand? *Journal of the University Librarians Association of Sri Lanka*. 18: 1 (Jan. 2014) 1-18.

Isabel Cristina dos Santos Diniz | [icristina@ua.pt](mailto:icristina@ua.pt)

Universidade de Aveiro

Ana Margarida Almeida | [marga@ua.pt](mailto:marga@ua.pt)

Universidade de Aveiro

Cassia Cordeiro Furtado | [cf.furtado@gmail.com](mailto:cf.furtado@gmail.com)

Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil